



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE
LEI Nº 4.123, DE 2012**

Dispõe sobre a comercialização de produtos industrializados que tenham passado por processos de retrabalho, na forma que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido que os produtos industrializados que passarem por retrabalhos podem ser comercializados novamente nos mercados nacional e internacional, conforme condições a seguir estipuladas.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, são considerados usados, passíveis de retrabalho:

I - os produtos que tenham sido vendidos para o consumidor final, pessoa física ou jurídica, após a abertura das embalagens originais;

II - produtos expostos em mostruários, feiras ou exposições;

III - produtos utilizados para testes; e

IV - produtos que tenham sofrido avarias durante as fases de logística.

Art. 3º Os produtos que estiverem de acordo com o previsto no art. 2º serão classificados da seguinte forma:

I - recondicionados: são os produtos retrabalhados por terceiros e que serão recomercializados com marcas e identificações diferentes das de fabricação ou importação; e

II - refabricados: são os produtos retrabalhados por seu próprio fabricante ou importador e que serão recomercializados com a mesma marca de fabricação ou importação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Parágrafo único. As embalagens destinadas aos produtos retrabalhados devem possuir, em letras garrafais e de fácil visualização, as palavras “refabricado” ou “recondicionado”, de acordo com a sua classificação e ***não é permitido a importação de produtos acabados com fins de serem recondicionados ou refabricados no Brasil.***

Art. 4º Os produtos classificados como refabricados seguem o mesmo regime tributário dos produtos novos.

Art. 5º Os produtos classificados como recondicionados serão comercializados com isenção do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Art. 6º A isenção prevista no art. 5º deverá ser reconhecida pela Receita Federal do Brasil, mediante prévio exame do atendimento das exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da Lei Orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 8º Os produtos recondicionados são de responsabilidade daqueles que os recondicionarem, cessando no ato do recondicionamento as responsabilidades do fabricante ou importador original, ainda que solidariamente.

Art. 9º O período de tempo para que qualquer produto industrializado possa ser considerado fruto de retrabalho dependerá de portaria específica expedida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 7º.

Sala da Comissão, 09 de agosto de 2016.

Deputado **LUIZ LAURO FILHO**
Presidente